

CONSERVAÇÃO E RESPONSABILIDADE COM O MUNDO:

Arendt e a educação para o exercício da liberdade na vida política

Conservation and Responsibility with World:

Arendt and education for the exercise of freedom in political life

Giovane Rodrigues Jardim¹

Resumo: O presente artigo procura expor as linhas gerais da aceção de Hannah Arendt (1906-1975) sobre a educação enquanto comprometimento com o mundo, pois essa possui a tarefa de introduzir no mundo humano novos seres. A crise hodierna na educação, segundo Arendt, é perpassada, em sua inter-relação com as dicotomias da sociedade de massas, a partir da ruptura com a tradição e da recusa dos educadores em assumir seu compromisso no processo educacional. O problema da autoridade, a educação na enquanto conservadora, e outras temáticas conexas, se tornam relevantes na investigação da problemática da crise na educação e, principalmente, na busca de apontar para possibilidades históricas de saída desta crise para, pela ação e pela reflexão, interrompendo o atual incurso de ausência de responsabilidade tanto com o mundo, como com as crianças trazidas pela natalidade diariamente ao mundo. Neste horizonte, procura-se estabelecer uma relação entre a crítica de Arendt às iniciativas reformistas na educação nos Estados Unidos com a necessidade de repensar o processo de educação brasileira, um paralelo que implica perceber os limites da importação de teorias e de metodologias pedagógicas sem a preocupação de conhecer a realidade e as necessidades nacionais.

Palavras-chave: Hannah Arendt; Educação Conservadora; Responsabilidade; Autoridade; Natalidade.

Abstract: This article discusses the concept of Hannah Arendt (1906-1975) on education as commitment to the world, a task enter the human world new beings. The education crisis, according to Arendt, is related to the dichotomies of mass society, from the break with tradition and the refusal of educators to assume its commitment in the educational process. The problem of authority in education as conservative, and other related issues, become important in the crisis the issue of research in education, and especially in seeking to point to historical possibilities of its overcoming. Thus, it seeks to establish a relationship between criticism of Arendt to reform initiatives in education in the United States with the need to rethink the process of Brazilian education, which implies a parallel realize the limits of import theories and teaching methods without the worry to know the reality and national needs.

Keywords: Hannah Arendt; Conservative education; Responsibility; Authority; Natality.

1. A Crise na Educação

A pensadora alemã Hannah Arendt (1906-1975) comprometeu-se com a tentativa de compreender os acontecimentos que culminaram no Nazismo, procurando assim na obra *Origens do Totalitarismo* (1951) investigar as raízes do ofuscamento do âmbito público²,

¹ Mestre em Ética e Filosofia Política pela Universidade Federal de Pelotas.

² Para Arendt o termo “público” tem dois significados: “em primeiro lugar, significa tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”; em segundo lugar, “significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que cabe dentro dele”. Ou

da ruptura com a tradição, e o surgimento da sociedade de massas, uma sociedade na qual qualquer coisa pode acontecer. Esta busca de um compromisso político de compreender³ os acontecimentos relevantes de seu tempo, levou Arendt a uma profícua elaboração filosófica, cujas perspectivas são significativas para diversas áreas, principalmente para a Filosofia Política.

Em torno da temática da educação há inúmeras passagens, nos textos de Arendt, dentre as quais se opta neste delineamento por sua perspectiva a partir do texto *A crise na educação*, presente na obra *Entre o Passado e o Futuro*, em vista de fornecer as linhas gerais de sua análise referente ao tema da educação, e indagar sobre uma possível relação com a preocupação dos educadores brasileiros. Essa crise que tem afetado diretamente as esferas pública e a privada⁴, se tornou um problema político, apesar da educação, segundo ela, pertencer à esfera pré-política.

A escola, enquanto instituição formal de educação necessita ser compreendida a partir da inter-relação entre as estas duas esferas que são distintas: a esfera privada e a esfera pública. Assim, a escola está ainda na esfera privada, porém no encontro entre o lar, enquanto subsistência biológica e básica, e o mundo público, espaço de convivência política. Nesse sentido, a tarefa da escola corresponde diretamente ao grupo humano em que está inserida, sendo assim, ela é afetada e condicionada pelas exigências familiares, mas também, do que a sociedade e o estado atribuem a ela. Não é possível pensar na função da escola e sua função sem considerar o ambiente em que ela se situa, e ainda mais, o papel que ela enquanto espaço para a educação deve fomentar. Há escolas que atuam visando à emancipação, outras o adestramento; há inúmeras escolas, pois, há vários projetos de sociedade a se elaborar, e ou, a reproduzir e manter. E cada uma supõe um conceito diferente de ser humano.

seja, o mundo é um artifício humano, em contraposição à natureza, *Physis*, que independe do humano. Assim, a esfera pública é entendida como sendo o “mundo comum” (ARENDT, *A Condição humana*, p.59-62).

³ Na obra *Compreender*, Arendt afirma que compreender é o oposto a doutrinar; assim, “compreender é a maneira especificamente humana de viver, pois todo o indivíduo precisa se sentir conciliado com um mundo onde nasceu estranho e onde sempre permanece como estranho, na medida de sua singularidade única” (ARENDT, *Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaio)*, p.331).

⁴ A esfera privada é o âmbito do lar, da família, um sentido que foi atribuído pelos romanos que, diversamente dos gregos, segundo Arendt, não sacrificaram o privado Apelo público (ARENDT, *A Condição humana*, p.68). Assim, a esfera privada significa uma intimidade, um proteção, um âmbito de preservação da vida.

No cotidiano das escolas brasileiras há uma latente reclamação: a constatação dos educadores sobre a crescente agressividade e também violência dos alunos. Aliado a estes sintomas, há uma crescente desmotivação, uma apatia que afeta tanto os educadores, como os educandos. A questão da violência não é uma realidade isolada de alunos contra alunos, contra funcionários, e contra educadores, pois atinge o patrimônio escolar e o público, com depredações e etc. É uma questão mais profunda que perpassa o processo educativo como um todo, e mais ainda, perpassa todas as dimensões da sociedade. A improvisação, a falta de uma análise sociológica, psicológica e filosófica deste fenômeno faz com que educadores “despreparados” para agir diante desses problemas respondam à violência com violência, a agressão com agressão. Ser violento ou agredir não significa, neste sentido, revidar com a mesma intensidade, mas permitir que no ambiente formal de aprendizagem inexista o diálogo, a criatividade, a cooperação, a solidariedade, a vida em grupo. Quando a autoridade do professor é substituída pela violência⁵ ou pelo autoritarismo⁶, evidencia-se um processo de crise da educação que, entretanto, é apenas um sintoma de uma crise mais geral, a crise do humano em uma sociedade de massas⁷. Quando um professor não percebe seus alunos como humanos, dignos de respeito e com esperança, quando não projeta neles suas capacidades, este está sendo tão violento quanto um aluno que se recusa a copiar, que rejeita aceitar a mesquinhez de um processo que aplaina suas particularidades a partir de generalizações abstratas.

Para Arendt, a educação é um processo de transição da infância para a vida adulta, da esfera privada do lar para a esfera pública do mundo, ou seja, é uma passagem necessária que implica no introduzir pessoas novas em um mundo velho. Em *A crise na Educação*, ela aponta para a dicotomia existente entre uma educação que se outorga a função política de construir um novo mundo constantemente por meio do educar as crianças e os adultos. Um novo mundo, uma realidade qualitativamente diferente apenas pode ser o resultado da ação livre na política de homens adultos, responsáveis pelo

⁵ A violência é contrária à autoridade, e implica assim em submissão, ou seja, “tem início onde termina a possibilidade de falar, de discutir” (SCHIO, 1996, p.212).

⁶ O termo totalitarismo é importante para Arendt que, com ele, designa um domínio total onde não é possível coexistir. Em *Origens do Totalitarismo* ela afirma que “o governo totalitário é diferente das tiranias e das ditaduras”, ou seja, é também uma forma de domínio interno dos homens (ARENDR, *Las origens del Totalitarismo*, p.343).

⁷ Para Arendt a sociedade de massa surgiu uma década antes do início do século XX, sendo uma consequência da “sociedade burguesa”; ela é uma sociedade onde tudo pode acontecer, pois, rompeu com o passado, com o conhecimento e as premissas que norteiam a vida política, a organização, os valores, etc. O homem massificado é caracterizado, segundo Arendt, pela “adaptabilidade, sua excitabilidade e falta de padrões, sua capacidade de consumo aliada à inaptidão para julgar ou mesmo para distinguir, e, sobretudo, seu egocentrismo e a fatídica alienação do mundo” (ARENDR, *Entre o passado e o futuro*, p.251).

mundo, pois foram previamente educados. Estes podem ser responsáveis porque deveriam estar educados. Assim, o papel da educação é o de *conservar* sob dois aspectos: preservar os conteúdos da tradição (conhecimentos, exemplos, etc.) e as condições e as possibilidades das crianças, enquanto novos no mundo, para que quando forem adultos e responsáveis eles possam assumir, segundo Arendt, “seu próprio papel futuro no organismo político, pois, do ponto de vista dos mais novos, o que quer que o mundo adulto possa propor de novo é necessariamente mais velho do que eles mesmos”⁸.

Neste sentido, a educação para Arendt, pertence à esfera pré-política. Um processo que inicia no lar, passa pela escola, e deve confluir no mundo. Entretanto, na “sociedade de massas” vive-se um ofuscamento do público enquanto parâmetro, e assim, sua função de iluminar os assuntos humanos é atribuída ora à família, ora à escola. O emblemático problema posto é o de que nesta sociedade, a família e a escola estão fragmentadas, ou ainda, desautorizadas. Elas estão segmentadas no sentido de que responsabilidade com a preservação do mundo enquanto espaço de convivência do humano, e a consequência é que elas não possuem mais “autoridade”.

A “autoridade”, em educação, é oposta à igualdade exigida para a existência do convívio público. A autoridade refere-se a assumir uma responsabilidade em introduzir novos seres no mundo, ou seja, é um processo de condução que, desta forma, difere-se da igualdade que é pressuposta para o convívio entre os homens adultos no exercício de sua liberdade na vida política. Assim, há de se diferenciar o significado de autoridade em educação e da autoridade em política, pois nesta segunda a autoridade se refere mais estritamente ao consenso entre os seres no exercício de sua liberdade. Nesse sentido,

Em sentido genérico, é o controle de um homem, ou de um grupo, sobre outro homem ou grupo de homens. Assim concebida, em política, a autoridade fundamenta-se no consenso humano, isto é, dos mesmos cidadãos sobre os quais ela será exercida. Para haver autoridade, é preciso reconhecimento, aceitação⁹.

Quando a sociedade determina a família, direciona o que os pais devem ensinar aos seus filhos, ou até mesmo quando a sociedade questiona as decisões da família em relação aos novos seres que ela é responsável, a esfera pública interpõe-se na esfera privada de forma a não responsabilizá-la pela educação daqueles que colocaram no mundo. Uma

⁸ Cfr. *Entre o passado e o futuro*, p.226.

⁹ SCHIO, 2006, p.210.

série de resultados negativos é sentido: o consumismo, a ditadura do grupo (criança, adolescentes, jovens) sobre os adultos (pais, professores, policiais, entre outros). Assim, o público passa a interferir demasiadamente em uma esfera que lhe é alheia, e a consequência disso é o surgimento de “um mundo onde tudo pode acontecer”. Sintomas deste fenômeno são a agressividade e a crescente violência desses indivíduos contra a sociedade e também contra indivíduos isolados, e sua conseqüente influência no processo educacional, principalmente, na escola, tornando o ambiente impróprio para os processos de pensar e refletir. Eles são inconseqüentes, não se sentem responsáveis, não pensam nos outros, em outros termos, não demonstram qualquer “amor pelo mundo”.

Para compreender melhor o que se passa, é necessário remontar às origens da mentalidade atual. A sociedade de massas teve suas origens com a sociedade burguesa. Em seu ideal de civilidade, ela opera um movimento de aproximação das pessoas, que no interior viviam afastadas, ao mesmo tempo em que as atomiza, ou seja, torna os seres humanos isolados. Assim, a experiência humana nesta sociedade é um estar só na multidão, e a compensação oferecida é o consumo; consome-se tudo, os bens, os recursos naturais, a mão de obra, e o próprio humano. Esta sociedade modifica os valores, os meios e tornam-se fins; por exemplo, transforma o progresso tecnológico e dos bens de produção em um fim em si mesmo, e os seres humanos em mero instrumento para alcançar este fim: a economia está acima do humano. Esta sociedade transforma a educação em um processo de adaptação e de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, de formação de mão de obra, tornando a escola um ambiente amórfico de transmissão de conteúdo sem sentido para a vida humana, quando autêntica. A consequência desta educação e desta escola é um indivíduo pronto para aceitar uma aparente liberdade e compactuar com a manutenção de um mundo que lhe é alheio, ou seja, que ofuscou as possibilidades do novo. A escola, neste sentido, tem sido um instrumento ideológico de manipulação das potencialidades dos novos seres humanos que nasceram em um mundo velho e que assim quer continuar.

Refletir sobre esta “nova” função atribuída a escola pela sociedade de massas implica em questioná-la, procurando superar suas impossibilidades, em vista de conferir à educação, e conseqüentemente à escola, um papel *conservador*, mesmo que para isso a educação tenha que assumir, frente a esta sociedade, uma função que não lhe própria. A educação se torna um problema político quando ela não objetiva a formação de cidadãos,

não adapta os programas e as metodologias para isso, quando não ensaia mais a vida em conjunto, organizada, política. Trata-se assim de compreender que há uma crise na educação; a crise não é necessariamente algo negativo, pelo contrário, pode ser justamente a oportunidade para entender e buscar soluções, evitando as dicotomias do presente e instaurar uma nova forma de educação, ou ainda, uma nova ordem política e de convívio social. Entretanto, sem levar em consideração a necessidade de opor-se a sociedade de massas como uma identidade social forjada, o que é vivenciado no cotidiano educacional nas políticas públicas e nas gestões escolares é a equivocada tentativa de encontrar alternativas tópicas, localizadas, para um problema geral. Assim, esta crise torna-se, na educação, um grave problema, pois, impede que dela sejam apreendidas novas oportunidades, pois, “uma crise só se torna um desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos”¹⁰.

A educação brasileira experimenta esta crise, uma crise de responsabilidade. Para Arendt a questão é que cada um precisa assumir a própria responsabilidade: os pais, os professores, os governantes, cada um tem uma responsabilidade diferente, mas ambos possuem com relação à criança e ao mundo. Há um duplo movimento de não responsabilidade com a educação das crianças e com a conservação do mundo, ou seja, tanto pela irresponsabilidade, como com a atribuição de culpa a outrem. Em todas as esferas da sociedade brasileira há uma transferência de atribuições de culpa e responsabilidade, o que, entretanto, mascara a circunstância equivocada de que ao atribuir a culpa ao todo, atribui-se desta forma a culpa a ninguém. Exemplo disso é a corrupção; ao se afirmar: os políticos são corruptos!, etc. não se reflete sobre o significado da política, a existência de homens e mulheres sérios e íntegros na administração dos bens públicos, e ainda, não se providenciam meios de punição da corrupção enquanto crime contra os concidadãos; e mais, contra o mundo na acepção de Arendt.

Arendt em *A crise na educação* elabora uma crítica à forma como as “novas” teorias são utilizadas, isto é, são adotadas rapidamente, sem reflexão. Ela opõe-se ao imediatismo dos projetos educacionais dos Estados Unidos a partir de uma inicial crítica ao problema da educação tratada como função política de educar os novos homens para identificar-se a um projeto de nação. Frente a esta crítica, ela procura mostrar como esta função da educação é própria dos Americanos, não havendo correspondentes em países

¹⁰ ARENDT, *Entre o passado e o futuro*, p.223.

da Europa. Afirma Arendt: “em nenhum outro lugar as teorias mais moderadas no campo da pedagogia foram aceitas tão servil e indiscriminadamente”¹¹. Assim, a crise na educação norte-americana é enfrentada com iniciativas de curto prazo, particularistas, ações que combatem seus sintomas, mas que, não enfrenta sua origem “sob as condições de uma sociedade de massas e em respostas às suas exigências”¹².

Mas o que significa refletir sobre a crise na educação norte-americana? Significa, antes de qualquer outra coisa, perceber com que os gestores brasileiros adotam novas teorias com excessiva rapidez associada ao desconhecimento mais profundo de tais teorias, seus pressupostos, e etc. Tanto os programas particulares, como os sistemas públicos, importam formas prontas da América do Norte ou da Europa como “antídoto” para a crise na educação no Brasil. Um remédio que tem se tornado o próprio veneno, uma vez que, ao atacar os sintomas, perdem-se aqueles elementos que demonstrariam de que “algo não está bem”, assim como acontece, por exemplo, quando se utiliza um remédio contra a dor sem investigar as causas desta.

Neste horizonte, o sintoma da insociabilidade, da dificuldade de conviver com os outros, de lidar com a diferença, com opiniões contrárias, resultando em atos agressivos ou violentos com os outros, na escola necessita ser percebido em sua globalidade, pois, a escola enquanto espaço formal de educação (para além dos objetivos da sociedade de massas) precisa comprometer-se com a inserção dos seres humanos e homens novos neste mundo velho. Ao conservar suas qualidades, possibilita-os o desenvolvimento de sua liberdade e responsabilidade, imprescindíveis para sua existência e ação na política, ou seja, na escolha pela organização e vida do mundo.

Ao detectar que há uma crise na educação, não basta importar teorias e implementá-las, mas é necessário que a escola e a educação como um todo sejam analisadas e conhecidas em sua generalidade e principalmente a partir da importância do diálogo, do restabelecimento do senso comum, do âmbito público enquanto compartilhar do humano de objetivos de longo prazo.

¹¹ *Entre o passado e futuro*, p.227.

¹² *Entre o passado e futuro*, p.227.

A escola insere-se, enquanto contributo para o enfretamento da questão geral que, desta forma, não se reduz “à questão do por que Joãozinho não sabe ler”¹³. Arendt afirma que a crise é uma oportunidade de “explorar e investigar a essência da questão em tudo aquilo que foi posto a nu, e a essência da educação é a natalidade¹⁴, o fato de que seres nascem para o mundo”¹⁵. Esta questão é fundamental uma vez que a crise na educação revela-se de significado político, ou seja, esta crise pode afetar o mundo, pois, em uma sociedade cuja função da educação é justamente inserir estes nascidos no mundo, uma função que em outras formas de sociedade caberia mais propriamente ao lar, à esfera privada. Segundo André Duarte,

O que caracteriza a educação em relação a outras formas de inserção dos seres vivos em um ambiente já existente é essa relação privilegiada que a vida humana (*bios*) mantém com o mundo, uma relação que tem de ser tecida. Se o mundo é estranho e hostil ao recém nascido, caberá justamente à educação, a princípio por intermédio dos pais, depois pela escola, a tarefa de ambientá-la e familiarizá-la com o que lhe é desconhecido¹⁶.

Quando há um lar estruturado e um senso comum orientador, a educação tem início na família e a escola faz a ponte com o mundo. Nesta realidade, uma escola “pervertida”, isto é, que não seja uma “ponte com o mundo”, não significaria algo tão devastador quanto o é em uma realidade na qual da escola tudo é esperado, ou seja, que dela dependa toda a tarefa educacional da criança. Na sociedade de massas, a educação perde seu papel pré-político, e assim, torna-se um instrumento de continuidade do sempre mesmo; ela está envolta em uma crise que lhe parece insuperável, uma vez que privado e público não se distinguem mais, pois foram subsumidas ao social.

Arendt, segundo Schio (2008), não supervaloriza a educação formal, pois, ela considera as dimensões da família, do esporte, da cultura, etc. Assim, quando tratamos em “crise na educação” não estamos somente falando em uma crise nas escolas, nas universidades, etc; trata-se de um problema mais profundo. Neste sentido, “uma importância exagerada na educação formal pode levar a uma ilusão sobre o poder e os limites racionais, com resultados de hipervazio, isto é, de impossibilidade de percepção da

¹³ *Entre o passado e futuro*, p.227.

¹⁴ O conceito de natalidade baseia-se em uma categoria política, um conceito que se relaciona com as atividades humanas fundamentais, o labor, o trabalho, e a ação. A natalidade para além de um fato biológico, é para Arendt um nascimento político, uma capacidade humana de trazer o novo ao mundo, e nesse sentido, o conceito de natalidade está inter-relacionado a condição de originalidade e pluralidade humana.

¹⁵ *Entre o passado e futuro*, p.223.

¹⁶ DUARTE, 2008, p.85.

ficcionalidade do ficcional, o que passa a ser considerado como sendo a realidade”¹⁷. Desta forma, Arendt em *A Crise da Educação* aponta para esta situação que se reflete no cotidiano da escola, pois, ela está inserida num contexto em que se trata diretamente com o nascimento de novos seres no mundo.

O conceito de natividade utilizado por Arendt é importante, e mais, é uma originalidade ímpar em sua filosofia, pois, geralmente utiliza-se em Filosofia o conceito de mortalidade. A perspectiva de que nascem seres novos no mundo, esse fato implica em um compromisso dos adultos em uma tarefa de manter o mundo para os que chegaram, assim como a partir da noção de pluralidade¹⁸, insere uma dinâmica mutável as instituições e as organizações humanas. O que nasce é novo, e nele o imprevisto, o contingente pode surgir.

Nesta perspectiva, a escola, enquanto ambiente para a educação e não somente para ensinar, deve incentivar o diálogo, a interação, o convívio em comum. A escola enquanto ambiente de ensaio do compromisso com o mundo tem em vista suprir uma lacuna na esfera privada, entretanto, isso não significa tirar o compromisso da família, dos pais, que primeiramente são os responsáveis pela educação daqueles que trouxeram ao mundo. A escola deve ser neste entendimento, uma continuação daquilo que foi iniciado no lar. Mas, a escola não pode e não deve tomar para si uma tarefa que não lhe é própria sobre o risco perder o que lhe compete, ou seja, ser um lugar para o erro, para os equívocos, para o ensaio da vida adulta. Isso não implica em tornar a escola em um hiato, uma instituição fora da sociedade, pelo contrário, significa que na escola oportuniza-se aos recém-chegados a inserção no mundo, por meio de uma experiência autêntica de interação, de socialização, de aprendizado a partir do colocar-se no lugar dos outros. Na escola a criança é desafiada a respeitar o diferente, a escutar o outro, a expor sua opinião; um destes aprendizados fundamentais é o de ser capaz de olhar o mundo com os olhos dos outros, entenderem os sofrimentos alheios, aprender a evitar repetir erros desnecessários a partir da observação, da discussão, da partilha de experiências, a refletir sobre as consequências de suas ações.

¹⁷ SCHIO, 2008, p.177.

¹⁸ A pluralidade humana é uma categoria fundamental para Arendt na vida política; na obra *A Condição Humana* ela afirma que “a pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDRT, *A Condição Humana*, p.16).

A crise na educação, segundo Arendt, revelou-se um problema político de primeira grandeza, estando relacionada à questão da autoridade e sua legitimidade na sociedade, assim como na instabilidade gerada pela ruptura com a tradição, ou seja, com o passado enquanto referencial norteador, com as premissas universais. Esta análise de Arendt da crise norte-americana na educação é profícua para aprofundar a reflexão sobre a hodierna crise brasileira, pois, “pode-se admitir como uma regra geral neste século que qualquer coisa que seja possível em um país pode, em futuro imprevisível, ser igualmente possível em praticamente qualquer outro país”¹⁹.

2. O que é possível aprender com a crise?

Arendt aponta para três pressupostos básicos que nortearam as precipitadas medidas educacionais nos Estados Unidos, a saber: 1) a existência de um mundo da criança distinto do mundo dos adultos; 2) a transformação da pedagogia em ciência do ensino em geral; 3) a noção de que só é possível conhecer aquilo que se faz.

O primeiro pressuposto relaciona-se a uma suspensão das relações normais entre crianças e adultos, retirando a dimensão da autoridade do adulto e deixando as crianças instituírem um “mundo infantil”, no qual elas “reinem”, ficando à mercê da maioria, ou melhor, à tirania de seu próprio grupo. Esta característica da crise é emblemática, pois, a infância não é concebida como uma etapa de transição, mas como um mundo paralelo onde uma pseudo-autonomia é pressuposta.

O segundo pressuposto diz respeito ao ensino. Trata-se da separação entre a ciência do ensino do que vai ser ensinado; assim “como o professor não precisa conhecer a sua própria matéria, não raro acontece encontrar-se apenas um passo à frente de sua classe em conhecimento”²⁰. Nessa perspectiva, acredita-se que basta ser alfabetizado para “saber o conteúdo”, é suficiente uma formação para poder “ensinar” qualquer assunto, e assim, afirma-se que tendo um programa, com objetivos, metas, etc. a aula será aceitável.

O terceiro pressuposto é o pragmatismo, que consiste em substituir o aprender apenas pelo fazer, “intentando não ensinar conhecimentos, mas inculcar habilidades”²¹.

¹⁹ ARENDT, *A Condição Humana*, p.222.

²⁰ ARENDT, *A Condição Humana*, p.231.

²¹ ARENDT, *A Condição Humana*, p.231.

Esquece-se que a “fase do concreto” é transitória na aprendizagem, precisa ser substituída pela da abstração, do cálculo mental, etc.

A partir destes três pressupostos, caracteriza-se esta crise na educação que não possibilita aquele genuíno processo de ensino aprendido que é uma relação natural entre adultos e crianças, como afirma Arendt, pois, “a criança é um ser humano em desenvolvimento”²² e a “infância é uma etapa temporária, uma preparação para a condição adulta”²³. Arendt expressa que há duas questões que lhe interessam para a sua argumentação; a primeira é conhecer os aspectos do mundo moderno e de sua crise que efetivamente se revelam na crise educacional, e em segundo lugar, o que se pode aprender desta crise acerca da essência da educação.

A crise na educação é o reflexo de uma crise e instabilidade mais geral na sociedade de massas; sendo assim, não são suficientes quaisquer medidas paliativas. A sociedade de massas opera o aplainamento entre as esferas privada e pública, extraindo os homens de sua privacidade necessária, a intimidade do lar enquanto refúgio necessário. Assim, o ócio é transformado em entretencimento, o lazer em um compromisso para os momentos de desocupação com as ocupações do trabalho; neste sentido, expondo a intimidade, sua privacidade, o homem desta sociedade não consegue estar só consigo mesmo, ou seja, não lhe é permitido refletir sobre si e o mundo.

Esta situação emblemática para a educação dos filhos que, enquanto novos, necessitam para seu desenvolvimento vital um resguardo, uma proteção contra o mundo que ainda lhe é algo estranho. O mundo público é inadequado para as crianças, como por exemplo, o que acontece com as crianças de rua que são exploradas pelo tráfico, pela exploração sexual, pelo consumismo. Outras formas de exposição são as redes sociais, as páginas de relacionamento na internet, dentre outros mecanismos de comunicação virtual que, desta forma expõe as crianças a um mundo do qual elas deveriam estar resguardadas por causa de sua não preparação para tal responsabilidade. Evidentemente, as novas tecnologias de informação e comunicação implicam, talvez como nunca antes na história humana, uma invasão imprópria na esfera privada. Entretanto, esta temática que ainda não era perceptível no contexto histórico de Arendt significa um questionamento impar

²² ARENDT, A Condição Humana, p.233.

²³ ARENDT, A Condição Humana, p.233.

para reflexão a partir de seus pressupostos que, de uma forma ou de outra, já germinavam deste os primórdios da sociedade moderna.

Para Arendt, os pais, ao trazerem as crianças ao mundo, “assumem na educação a responsabilidade, ao mesmo tempo, pela vida e desenvolvimento da criança, e pela continuidade do mundo”²⁴. Neste sentido, a criança requer proteção, cuidado, mas também o mundo necessita de resguardo frente às novas gerações que chegam. Assim, a família é o lugar da criança; ela “constitui um escudo contra o mundo e, sobretudo, contra o aspecto público do mundo”²⁵. A instabilidade da sociedade moderna tem consequência no processo de formação, pois, expõe inconsequentemente seres em formação à existência pública, ao mundo, e a partir da falácia da emancipação da criança, fazendo com ela o que já foi feito com os seus pais, impondo-lhes uma “esfera social na qual o privado é transformado em público”²⁶. Neste ponto, a crise na educação impõe uma condicionante à escola que já recebe a criança e o jovem envolvidos nesta dicotomia da sociedade e do ofuscamento da esfera privada. Neste âmbito primário, da família, a crise na educação mostra a necessidade de resgatar a responsabilidade dos pais no processo vital de aprendizagem e emancipação daqueles que eles trouxeram ao mundo, pois, a eles compete esta primeira tarefa fundamental da educação: dar condições para o crescimento vital e humano.

A tarefa da escola ocupa um outro nível; a ela compete o ensino e a aprendizagem. A escola cabe inserir a criança ao mundo, mas, entretanto, a escola não é e nem pode fingir ser o “mundo”. A escola é, segundo Arendt, “a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o fito de fazer com que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo”²⁷. Neste nível, não mais o pais, mas os educadores devem assumir o papel imprescindível de possibilitar “o livre desenvolvimento das qualidades e talentos pessoais”, ou seja, “a singularidade que distingue cada ser humano de todos os demais, a qualidade em virtude da qual ele não é apenas um forasteiro no mundo, mas alguma coisa que jamais esteve aí antes”²⁸. Como o ser humano não nasce “pronto”, é preciso um “preparo”, vários anos de aprendizagem,

²⁴ ARENDT, *A Condição Humana*, p.235.

²⁵ ARENDT, *A Condição Humana*, p.236.

²⁶ ARENDT, *A Condição Humana*, p.236.

²⁷ ARENDT, *A Condição Humana*, p.238.

²⁸ ARENDT, *A Condição Humana*, p.239.

de ensaio para ser capaz de viver com os outros de uma maneira autêntica e ao mesmo tempo feliz.

A sociedade de massas expôs o âmbito da esfera privada, e conseqüentemente, operou o “ofuscamento do âmbito público”²⁹, naturalizando um processo de irresponsabilidade dos homens pelos homens e destes com o mundo. Esta crise ensina que o não comprometimento entre os homens e em relação ao mundo implica no surgimento de uma realidade na qual “tudo pode acontecer”, como ocorreu, por exemplo, no Nazismo. A burocracia, sua negligência em todos os âmbitos, a corrupção generalizada, o descrédito com as instituições, a desvalorização do estado, da autoridade, enfim as esferas dos assuntos humanos, e a política passam a significar um descompromisso com o mundo. A crise é, neste horizonte, a possibilidade histórica de repensar a educação e retomar este implícito compromisso, ou seja, da educação como a preparação para a inserção de novos seres humanos no mundo humano. Entretanto, a preparação não é sinônima de habilitação técnica, capacitação para o trabalho, treino ou formação de mão de obra para a sociedade de consumo. Educar, ensinar, formar, preparar para a “vida” é buscar a conservação do novo em vista de sua inserção na política, dele no mundo enquanto ser agente e pensante, ou seja, um cidadão³⁰ comprometido com este mundo e capaz de se colocar no lugar dos outros homens.

3. A autoridade do educador e a “educação conservadora”

Surge em torno da autoridade uma questão central na discussão sobre a educação enquanto preparação para o compromisso com o mundo. Os educadores são os pais, representantes da esfera privada, responsáveis pela preservação vital das crianças e de sua inicial compreensão e inserção no mundo, e posteriormente, os professores, representantes da esfera pública, responsáveis por fomentar o desenvolvimento das habilidades pessoais dos educandos. Há, neste sentido, uma íntima ligação entre pais e professores, uma vez que a educação tem início na família; quando uma criança chega à escola, salvo exceções, resguardada do mundo ela deveria estar confiante de que, assim

²⁹ Arendt na obra *Homens em Tempos Sombrios* chama de este ofuscamento de “tempos sombrios”, um momento histórico em que se vive a “experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter” (ARENDDT, *Homens em tempos sombrios*, p.527).

³⁰ Segundo Schio (2006, p.194), “o cidadão é o ser humano atento e em contato com o mundo, interessado por ele e pelos seus assuntos. É alguém que vive na realidade, na pluralidade. Ser cidadão é estar no mundo entre homens, e em igualdade política, pensando de forma autônoma, não se retirando do mundo e do tempo, e não fazendo do mundo uma fachada atrás da qual se esconder.”

como a autoridade dos pais lhe é necessária porque os protege e os ensina, também o reconhecimento da autoridade da escola lhe será oportuna. Entretanto, a crise e a instabilidade na sociedade de massas, que pode ser percebida em inúmeros sintomas na escola, já afetaram a autoridade dos pais, sua responsabilidade, e a tarefa de dar início à educação dos filhos enquanto “conservação”. Assim, o necessário comprometimento que a crise atual na educação traz, para pais e professores, resulta na urgência em que cada um reassuma a tarefa que lhe é própria, uma responsabilidade também com a preservação do mundo.

Arendt afirma que “qualquer pessoa que se recuse a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-las de tomar parte em sua educação”³¹. Esta frase forte, revela a importância da educação em termos políticos: o ter filhos, assim como o ser professor, é uma opção, um posicionamento no mundo, uma escolha livre. No que se referem à escola, os professores assumem independente dos recursos materiais e financeiros que disponham, e de seu salário, uma tarefa política de amplo e profundo comprometimento, tanto com as crianças e jovens, com os pais, como também com o Estado, e com o mundo, e ainda, consigo mesmo. Com os pais, há seu compromisso com a continuidade da educação; com os alunos um comprometimento de autoridade; com o estado, o compromisso de preparar estes novos seres para a vida pública e política; com o mundo, de conservar as potencialidades destes recém-chegados e não permitir que eles destruam o mundo. Isso quer dizer que o “novo” que eles são porta essa possibilidade, e exemplos não faltam na história humana: Hitler, etc. E por fim, há um compromisso dos professores enquanto ser humano na necessidade de coerência pessoal, de posicionamento no mundo, tarefa esta inalienável de sua autoridade.

Para Arendt, a “educação esta responsabilidade assume a forma de autoridade”³². Ela diferencia autoridade de qualificação; não se podem confundir estas duas dimensões. É uma exigência implícita ao educador que ele conheça o mundo em que irá introduzir as crianças, e no caso dos professores, que estes dominem seus conteúdos, etc. Entretanto, Arendt aponta que não é esta qualificação que atribui autoridade aos educadores. Assim, “sua responsabilidade se assenta na responsabilidade que ele assume por este mundo”³³. O maior dilema hodierno de uma sociedade de massas é que, ou esta responsabilidade é

³¹ ARENDT, *A Condição Humana*, p.239.

³² ARENDT, *A Condição Humana*, p.239.

³³ ARENDT, *A Condição Humana*, p.239.

atribuída a todos, e assim a ninguém, ou ela é rejeitada, como se cada um não fosse, em seu âmbito, responsável. Há assim, na modernidade, uma crise de autoridade, e neste sentido, há uma crescente irresponsabilidade com o mundo, e a consequência disso é a violência, o descaso, com o lixo, a poluição, o horror, a banalização da vida humana e do mundo enquanto *habitat* comum.

A educação, por sua parte, exige esta autoridade; e esta capacidade humana de confiar em alguém, uma dimensão que tem sido impossibilitada pela sociedade de massas, e mais, a crise da autoridade no âmbito públicos da política implica em sérias fragmentações na esfera privada, pois, significa que os “adultos se recusam a assumir a responsabilidade pelo mundo ao qual trouxeram as crianças”³⁴. Há, a partir desta crise, a necessidade de diferenciar a autoridade na educação da autoridade em nível político, que não significam a mesma coisa, pois a segunda exige igualdade, ou seja, a política é feita entre adultos, e a educação, na relação entre adultos e crianças. Na esfera pré-política da educação é expressão desta perda de autoridade, uma perda que para os novos seres no mundo significa estar solitários em uma tarefa que ainda não é sua, pois, não estão preparados.

A “proposta educacional”, se é que há uma, de Arendt, e que segundo ela está na essência da própria atividade de educar, é o conservadorismo, oposto, neste sentido, às teorias educacionais de cunho revolucionário, predominantes na América do Norte e em outras partes do mundo. Retomando o anteriormente salientado, tratar a escola, por exemplo, como educação política significa, neste sentido, atribuir-lhe uma tarefa dicotômica; uma função que não é sua. A tarefa da escola é preparar para a cidadania, e quando não faz isso, torna-se um problema político.

O séc. XX assistiu, ao menos, no que se relaciona ao Nazismo e ao Comunismo Stalinista a duas destas politizações da escola. Ambos exemplificam a ineficácia de conceber a escola, e a educação como um todo, como um processo de engendrar uma nova ordem social. Na educação não cabe a transformação, mas a conservação, ou seja, a conservação do novo que cada ser humano traz em sua pluralidade, e conservação do mundo frente a este novo. Isto tem profícuas consequências no sentido arendtiano de liberdade, pois, educar para a transformação significaria ditar as regras para uma nova

³⁴ ARENDT, *A Condição Humana*, p.240.

ordem que se quer, entretanto, é não respeitar as novas ordens que poderiam surgir da inserção destes novos seres no mundo. Ou seja, buscar extinguir a liberdade, a contingência e a espontaneidade. Neste sentido, Arendt afirma:

Parece-me que o conservadorismo, no sentido de conservação, faz parte da essência da atividade educacional, cuja tarefa é sempre abrigar e proteger alguma coisa - a criança contra o mundo, o mundo contra a criança, o novo contra o velho, o velho contra o novo. Mesmo a responsabilidade ampla pelo mundo que aí é assumida implica, é claro, uma atitude conservadora³⁵.

Ao propor a noção de conservadorismo na educação, entretanto, Arendt adverte que este “conservar” em educação é diferente daquele conservadorismo do âmbito político, que seria negativo, ou seja, uma aceitação do mundo simplesmente como ele é. Enquanto relação entre desiguais, entre adultos e crianças, a educação tem de ser conservadora, em vista de garantir para o mundo aquilo que é novo em cada ser recém-chegado. Assim, a tarefa primordial da educação formal e informal, da família e da escola, é “preservar essa novidade e introduzi-la como algo novo em um mundo velho”³⁶.

Nesta tarefa de inserir novos seres no mundo, a escola não pode nem ser o mundo, nem tentar representá-lo, pois, “a função da escola é ensinar às crianças como o mundo é, e não instruí-la na arte de viver”³⁷. Esta afirmação pode parecer estranha em uma sociedade de consumo, em uma realidade que transforma a escola em uma preparação técnica e de mão de obra, ou ser um “guarda crianças” para que os pais possam trabalhar ou fazer outras atividades. Não obstante, a escola primária e secundária, nomeadas no Brasil de ensino fundamental e ensino médio, têm sido constantemente vitimados por teorias pedagógicas e de discursos desenvolvimentistas que afirmam que sua função é preparar para o mundo do trabalho. Confunde-se, neste ponto, educação com aprendizagem, ou ainda, ser e saber.

A educação na perspectiva de Arendt “contrariamente da aprendizagem, precisa ter um final previsível”³⁸. Ela coloca um ponto final no término do ensino primário (fundamental no Brasil), pois, tanto o chamado ensino secundário (ensino médio) e a faculdade (ensino superior) estão no nível público, para além deste nível pré-político de inserção no mundo, embora ainda estejam protegidos do mundo no ensaio da vida

³⁵ ARENDT, *A Condição Humana*, p.242.

³⁶ ARENDT, *A Condição Humana*, p.243.

³⁷ ARENDT, *A Condição Humana*, p.246.

³⁸ ARENDT, *A Condição Humana*, p.246.

pública. Nestas fases há maturidade, e uma personalidade formada, assim pode-se dizer, trata-se de adultos no sentido de responsáveis. Assim, é impossível educar sem ensinar; uma família ou escola que intentasse isso ocorreria em um erro; ao educar segue-se um ensinar. Entretanto, ensinar é possível sem educar; esta dimensão deve ser considerada quando se pensa na inter-relação entre educação e ensino, em outras palavras, entre educar e instruir. É urgente, em educação, superar esta noção de que a escola tem a função de capacitar para uma profissão, e de que assim o objetivo do processo educacional seria habilitar o educando para o mercado de trabalho, princípio este que expressa na educação a hodierna irresponsabilidade dos homens com o mundo.

Considerações Finais

Arendt no texto *A crise na educação* na obra *Entre o passado e o futuro* problematiza em torno da educação nos Estados Unidos, uma acepção que se torna profícua para a reflexão em torno da realidade educacional no Brasil. Há, indubitavelmente, uma crise na educação brasileira que, a partir da perspectiva de Arendt, tem íntima ligação com uma ruptura com a tradição, e neste sentido, uma instabilidade resultante da hodierna sociedade de massas, e do ofuscamento do âmbito público que, como consequência, invade as esferas da vida privada. Neste contexto, a concepção de Arendt possibilita perceber as dicotomias de uma educação deslocada de sua função primordial, e mais ainda, a uma atitude de cautela frente às teorias e metodologias importadas, com propostas de curto prazo. Assim, o reconhecimento desta crise pode significar uma oportunidade para o comprometimento dos educadores brasileiros em sua inalienável tarefa que consiste em um compromisso tanto com o mundo, quanto com as crianças trazidas diariamente ao mundo com condições e possibilidades próprias que, pela educação, necessitam ser conservadas. Isso porque em um futuro não muito longínquo, não mais as crianças tuteladas, mas já adultos, eles possam assumir seu compromisso com o mundo e com as novas crianças nascidas. Neste sentido, a aposta da educação é uma confiança nos novos e também uma esperança no futuro, contudo, tendo consciência de que nem os novos, nem mesmo o futuro, podem dar certezas antecipadas; por isso educar é apostar no humano, uma aposta que nos exige coragem, comprometimento, ousadia.

Referências:

ARENDT, Hannah. *Las origens del totalitarismo*. Madrid: Taurus, 1974.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo: Forense, 2007a.

ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007b.

ARENDT, Hannah. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios)*. São Paulo: Cia das Letras/Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

DUARTE, André. “Educação: entre a tradição e a ruptura. O ofício de pensar”. In: *Revista Educação. Hannah Arendt pensa a educação. Edição 4*. São Paulo: Ed. Segmento, 2008.

SCHIO, Sônia Maria. *Hannah Arendt: História e Liberdade (da ação à reflexão)*. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

SCHIO, Sônia Maria. “Hannah Arendt: a estética e a Política (do juízo estético ao juízo político)”. *Tese de Doutorado em Filosofia Moral e Política*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

Recebido em: 28/04/2015

Aceito em: 28/07/2015